



1º Simulado de Reta Final para

# Cartório GO

# Simulado Especial

## Simulado de Reta Final TJ-GO Cartórios

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-GO para Cartórios;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Cartório-GO-12-09>

- |              |              |              |              |               |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D  |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D  |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D  |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D  |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D  |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D  |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D  |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D  |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D  |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D  |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D  |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D  |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D  |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D  |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D  |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D  |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D  |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D  |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D  |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

## TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

**01.** De acordo com o que dispõe o Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás sobre escrituração, assinale a alternativa correta.

- a) Na escrituração dos livros físicos, podem ser utilizadas quaisquer fontes, desde que legíveis e atendam ao tamanho 12.
- b) A lavratura dos atos deve ser iniciada sempre em folha nova. É vedada a utilização de uma mesma folha para atos distintos, seja total ou parcialmente.
- c) Há uma série de elementos que devem constar como identificadores do ato, mas que não incluem ocorrências extraordinárias verificadas na escrituração do ato.
- d) O livro conterá índice dos atos lavrados, em ordem alfabética, pelos nomes das pessoas a quem se referirem, não sendo permitida sua substituição por outro meio.

**02.** A respeito da investidura, da outorga e do exercício, de acordo com o Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral de Justiça do TJGO, é incorreto afirmar:

- a) A investidura na delegação dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez, por igual período, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, a requerimento do interessado.
- b) O exercício da atividade notarial e de registro iniciar-se-á no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da investidura, e é prorrogável por igual período.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro iniciar-se-á no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da investidura.
- d) Transcorrido o prazo de 30 dias e não ocorrendo a investidura, a outorga da delegação tornar-se-á sem efeito por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

**03.** Sobre a fiscalização dos serviços notariais e de registro, é incorreto afirmar:

- a) A fiscalização dos serviços extrajudiciais é realizada pelo Poder Judiciário.
- b) As correições ordinárias periódicas serão realizadas anualmente pelo Diretor do Foro em todas as serventias extrajudiciais da comarca e seus distritos judiciários.
- c) As visitas correicionais consistem na fiscalização excepcional, realizável a qualquer momento, podendo ser geral ou parcial, conforme abranja todos os serviços extrajudiciais da comarca, ou apenas alguns
- d) O juízo competente zelarà para que os serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente.

**04.** O Provimento n. 88/2019 do CNJ versa sobre a dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores, visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências. Sobre ele, é incorreto afirmar.

- a) Qualquer tentativa de burlar os controles e registros exigidos pela legislação de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, através de fracionamento, pagamento em espécie ou por meio de título emitido ao portador, por si só, não pode ser considerada indício ou ter relação com crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.
- b) Não se negará a realização de um ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos estipulados no Provimento n. 88/2019.
- c) Os valores das operações definidos no Provimento n. 88/2019, como parâmetros para a comunicação automática à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, poderão ser atualizados periodicamente pela Corregedoria Nacional de Justiça.
- d) É obrigação dos notários comunicar à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, qualquer operação ou conjunto de operações relativas a bens móveis de luxo ou alto valor, assim considerados os

de valor igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**05.** Acerca dos padrões mínimos de tecnologia da informação das serventias extrajudiciais, estipulados pelo CNJ, é incorreto afirmar.

- a) Os padrões visam a fixar padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil.
- b) Como política de segurança da informação, os serviços notariais e registrais deverão atender a normas de interoperabilidade, legibilidade e recuperação a longo prazo na prática dos atos e comunicações eletrônicas.
- c) O titular delegatário ou o interino/interventor, os escreventes, os prepostos e os colaboradores do serviço notarial e de registro devem possuir formas de autenticação por certificação digital própria ou por biometria, além de usuário e senha associados aos perfis pessoais com permissões distintas, de acordo com a função, não sendo permitido o uso de usuários genéricos.
- d) Os livros e atos eletrônicos que integram o acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup) feita em intervalos não superiores a 12 horas.

**06.** Sobre a remuneração dos notários e registradores e pagamento dos serviços que prestam, é correto afirmar:

- a) A remuneração dos notários e registradores advém dos emolumentos, os quais têm natureza de preço público, e obedecem ao princípio da anterioridade.
- b) O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à remuneração dos serviços prestados.
- c) Os emolumentos são fixados em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- d) É vedada interpretação analógica, adoção de paridade ou de qualquer outro fundamento para a cobrança de situações não previstas nas tabelas anexas à lei de emolumentos do Estado.

**07.** São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades dispostas na Lei n. 8.935/1994 e no Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás, exceto:

- a) A violação de sigilo profissional.
- b) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro.
- c) A cobrança excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência.
- d) Manter em arquivo os livros e atos eletrônicos, mediante cópia de segurança feita em intervalos não superiores a 24 (vinte e quatro) horas, preferencialmente ao final do expediente.

**08.** Notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem. Isso significa dizer que, em relação à responsabilidade civil:

- a) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) Há responsabilidade objetiva direta do notário e subsidiária do Estado.
- c) Há responsabilidade objetiva e solidária do notário e do Estado.
- d) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

Paloma Scwab

**09.** São alguns dos livros obrigatórios do Registro Civil das Pessoas Naturais: \_\_\_ para registro de nascimento e adoção, \_\_\_ para registro de casamento e conversão de união estável em casamento, \_\_\_ para registro de natimorto e \_\_\_ para registro da entrada dos procedimentos que envolvam registro ou averbação e demais atos que não possam ser lavrados imediatamente. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas conforme Código de Normas do Estado de Goiás.

- a) Livro A, Livro B, Livro C-Auxiliar e Livro Protocolo.
- b) Livro A, Livro B, Livro C-Auxiliar e Livro de Registro de Feitos.
- c) Livro A, Livro B, Livro C-Auxiliar e Livro Tombo.
- d) Livro A, Livro B, Livro C-Auxiliar e Livro de Transporte de atos.

**10.** A respeito das regras para a composição do nome no registrando, é correto afirmar, conforme normas contidas no Código de Normas de Goiás:

- a) Os agnomes “Filho”, “Júnior”, “Neto”, “Sobrinho” ou congêneres serão utilizados ao final do nome, mesmo não se repetindo o nome de forma idêntica ao prenome e patronímico(s) do homenageado.
- b) Não se admite a inclusão, junto ao sobrenome do genitor, de sobrenomes de outros ascendentes do registrado.
- c) As partículas de ligação no sobrenome, tais como “de” ou “e”, estejam no singular ou no plural, no gênero masculino ou no feminino, não são elementos essenciais do sobrenome e podem ser suprimidas ou acrescentadas por ocasião da escolha ou alteração de nome permitidas pela lei.
- d) Ao prenome serão acrescentados os sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, devendo se manter o sobrenome paterno ao final da composição.

**11.** Determina o artigo 625 do Código de Normas de Goiás que “o vínculo da adoção, mesmo se maior o adotando, constituir-se-á por sentença judicial que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.”. Acerca das regras registrais da adoção e conforme normativa estadual, é correto afirmar:

- a) O ato constitutivo da adoção deverá ser registrado no ofício de registro civil da comarca onde tramitou o processo para fins de publicidade.
- b) O registro de adoção será lavrado no livro E.
- c) Será averbada a sentença concessiva de adoção do maior e a sentença de adoção unilateral de criança ou adolescente.
- d) Nenhuma observação sobre a origem e a natureza da filiação poderá constar no assento e nas certidões, salvo se requerida em formato inteiro teor por qualquer interessado independentemente de autorização judicial.

**12.** São hipóteses para alteração de nome sem necessidade de decisão judicial:

- a) exposição de seus portadores ao ridículo e evidente erro gráfico.
- b) alteração de nome de pessoa transgênero e substituições ou acréscimos de apelidos públicos notórios.
- c) exposição de seus portadores ao ridículo e alteração imotivada prevista no art. 56 da Lei 6.015/73.
- d) evidente erro gráfico e alteração de nome de pessoa transgênero.

**13.** O requerimento de habilitação para o casamento, dirigido ao oficial de registro da residência de um dos nubentes, será instruído de diversos documentos. Dentre os documentos está a certidão de nascimento ou documento equivalente que deverá ser expedida há menos de \_\_\_ dias:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 90 dias
- d) 180 dias.

**14.** É dever do oficial de registro no momento da habilitação esclarecer aos nubentes a respeito dos diversos regimes de bens. De acordo com o Código de Normas do estado de Goiás no tocante ao regime de bens é incorreto afirmar:

- a) A opção pela comunhão parcial será reduzida a termo e nas demais escolhas de regimes lavrar-se-á escritura pública de pacto antenupcial.
- b) É lícito aos nubentes celebrar pacto antenupcial, ainda que no regime da comunhão parcial de bens, sendo obrigatório constar esta condição no assento de casamento e na respectiva certidão.
- c) No ato da habilitação será indicado o regime previsto para o casamento, o qual não poderá ser alterado sem autorização judicial, antes mesmo da celebração.
- d) Os nubentes poderão optar por qualquer dos regimes regulados pelo Código Civil, no processo de habilitação.

**15.** Estando em ordem a documentação, o oficial de registro expedirá edital de proclamas e o afixará em lugar ostensivo na serventia, durante 15 (quinze) dias. É correto o que se afirma em:

- a) O Livro E será escriturado cronologicamente com o inteiro teor do que constar da habilitação expedido pela própria serventia ou recebido de outra, todos assinados pelo oficial de registro ou preposto autorizado.
- b) Caso um dos nubentes resida em município diverso de onde se processa a habilitação, será remetida comunicação ao oficial de registro respectivo para fins de conhecimento e arquivamento na serventia.
- c) A publicação do edital de proclamas deverá ser por meio eletrônico em site de livre e amplo acesso ao público.
- d) Na contagem do prazo, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento

**16.** Averbação é um ato acessório modificativo do assento principal já a anotação é um ato que remete a um registro subsequente ao assento anterior. Sobre quais são atos de averbação no Registro Civil das Pessoas Naturais, é incorreto o que se afirma em:

- a) No assento de nascimento e casamento serão averbadas a emancipação, a interdição e a ausência.
- b) No assento de óbito será averbada a alteração do local de sepultamento declarado no registro e eventual traslado dos restos mortais para outro cemitério.
- c) No assento de casamento será averbado o restabelecimento da sociedade conjugal.
- d) No assento de ausência será averbada as sentenças de abertura de sucessão provisória ou definitiva transitadas em julgado e as indicações de herdeiro habilitado.

### TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

**17.** O Tabelião de Notas exerce função pública em caráter privado, por meio de delegação, na forma do artigo 236 da Constituição Federal. Sobre as atribuições e competências dos Tabeliães de Notas, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao Tabelião, com exclusividade, formalizar juridicamente a vontade das Partes;
- b) segundo a Lei 8935/1994, os tabeliães de notas têm a atribuição de lavrar escrituras públicas e, a pedido dos usuários, contratos privados;
- c) lavrar atas notariais é de competência exclusiva dos Tabeliães de Notas;
- d) a lavratura de testamentos públicos pode ser feita por Tabelião de Notas ou por particulares;

**18.** De acordo com o artigo 335 do Código de Normas de Goiás “O tabelião de notas, profissional do direito e dotado de fé pública, velará, no exercício de suas funções, pela eficácia da lei, da segurança jurídica e da prevenção de litígios”. Podemos identificar alguns princípios notariais diretamente relacionados a esse dispositivo, exceto:

- a) princípio da publicidade;
- b) princípio da cautelaridade;
- c) princípio da segurança jurídica;
- d) princípio da justiça preventiva.

**19.** “É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, salvo se o ato notarial for lavrado eletronicamente”. Essa é a redação do artigo 341 do Código de Normas de Goiás. Sobre esse dispositivo é incorreto afirmar:

- a) A redação do artigo está completa, pois menciona a única exceção em que o Tabelião de Notas não pode ser livremente escolhido pelos usuários.
- b) A redação da norma local segue a linha da Lei 8.935/1994, acrescentando as regras especiais de territorialidade estabelecidas pelo Provimento 100 do CNJ.
- c) De acordo com o princípio da territorialidade, o Tabelião pode ser escolhido, mas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- d) Além do Tabelionato de Notas, em situações especiais, outras atribuições de serantias extrajudiciais devem observar o local do bem ou das residências das partes para confecção dos atos.

**20.** Sobre o testamento é correto afirmar:

- a) O testamento público é tido com um típico ato extraprotocolar.
- b) O testamento público deve observar regra especial de territorialidade, ou seja, deve ser lavrada pelo Tabelião de Notas da residência do testador;
- c) Deve ser lavrado o testamento público pelo Tabelião ou por ser substituto, ainda que não haja qualquer impedimento do titular.
- d) Qualquer pessoa pode pedir certidão de testamento público lavrado, a qualquer tempo e independente de interesse.

**21.** Nos atos notariais em geral, é possível coletar a assinatura das partes em momentos distintos. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) No Estado de Goiás, uma vez assinado por todas as Partes e interessados o ato notarial, o ato será declarado completo, independente da assinatura do Tabelião, cujo ato de assinar é, nesse momento, vinculado.
- b) Se uma das partes deixar de assinar o ato, no prazo de 30 dias a contar de sua lavratura, o ato será declarado incompleto.
- c) Se uma das partes deixar de assinar o ato, no prazo de 60 dias a contar de sua lavratura, o ato será declarado incompleto, ainda que o motivo da falta de assinatura tenha sido a discordância com a lavratura do ato.
- d) Se uma das partes deixar de assinar o ato, por qualquer motivo, no prazo de 60 dias a contar de sua lavratura, o ato será declarado inexistente, e ao será expedida certidão a seu respeito.

**22.** No caso de existência de erros, inexatidões materiais ou irregularidades, nos atos notariais, constatáveis documentalmente, como pode o Tabelião de Notas proceder, de acordo com as normas dos serviços extrajudiciais de Goiás?

- a) o caso deve ser sempre submetido à apreciação do juiz corregedor do foro extrajudicial, que deverá decidir pela possibilidade de alteração ou não, bem como apontar eventual falta funcional do Tabelião;
- b) podem ser corrigidos de ofício, ainda que alterem declarações de vontade das partes;
- c) podem ser ajustados por meio de requerimento das partes ou dos procuradores, ainda que implique em alteração da substância do negócio jurídico realizado;
- d) a correção poderá ocorrer por certificação no próprio instrumento público ou por escritura retificadora assinada apenas pelo tabelião de notas ou escrevente autorizado.

23. Sobre a escrituração de bens móveis, é correto afirmar que:

- a) não é realizado pelo Tabelião de Notas, que fica restrito à atuação quando o ato envolver bens imóveis.
- b) se o bem móvel for um semovente, o ato notarial deverá indicar número, espécie, marca e sinal distintivo.
- c) se o bem móvel for uma joia, deverá, segundo o código de normas, ser inserida uma foto do bem, no ato notarial;
- d) a propriedade de todo bem móvel deve ser comprovada por meio de documentação comprobatória de seu domínio e do seu valor.

24. Um dos atos corriqueiros do balcão do tabelionato de notas é o reconhecimento de firma, que consiste em atestar a assinatura de uma determinada pessoa. Para efetuar o reconhecimento, é necessário antes abrir um cartão de assinatura, ou “ficha-padrão”. Sobre essa ficha padrão, segundo as normas aplicáveis no estado de Goiás, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Pode ser aberta a ficha padrão de qualquer pessoa física, desde que, em qualquer hipótese, plenamente capaz.
- b) Não há prazo de validade para ficha-padrão, mas deve ser atualizada caso haja alteração no formato da assinatura, podendo haver cobrança para tal renovação.
- c) Caso o Tabelião opte por utilizar biometria de impressão digital na abertura da ficha-padrão, o que é recomendação expressa das normas, os dados biométricos serão armazenados em meio eletrônico e passarão a integrar o acervo permanente da serventia.
- d) A ficha-padrão deve conter, dentre outros, os seguintes elementos: nome, endereço, profissão, nacionalidade, estado civil, filiação, telefone e e-mail do usuário depositante da firma, bem como sua assinatura aposta por no mínimo 3 (três) vezes.

## TABELIONATOS DE PROTESTOS

Adriano Alvares

25. Em relação ao horário do atendimento ao público dos tabelionatos de protesto, segundo o Código de Normas do TJGO, é **CORRETO** afirmar que será:

- a) das 7 (sete) às 16 (dezesseis) horas.
- b) das 9 (nove) às 17 (dezesete) horas.
- c) das 8 (oito) às 16 (dezesseis) horas.
- d) das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas.

26. Sobre a prática dos atos extrajudiciais dos tabelionatos de protesto, pode-se afirmar que:

- a) os atos podem ser lavrados em domingos e feriados.
- b) os atos podem ser lavrados aos sábados.
- c) os atos podem ser lavrados em dias que não sejam úteis.
- d) os atos serão lavrados em dias úteis.

27. É elementar ao Tabelião de Protesto, realizar a correta escrituração, a organização dos livros e arquivos da serventia. De tal sorte sobre esta temática elementar é possível afirmar que:

- a) os Oficiais do Protesto ficam obrigados a manter: três livros e seis arquivos.
- b) no livro protocolo, não é necessário constar o valor da dívida, mas é elementar constar tal item no livro de registro de protesto.
- c) o pagamento de título será relacionado diariamente no Livro de Registro de Protesto.
- d) o livro de protesto deverá ser conservado por 10 anos e seus respectivos títulos.



**28.** Verifique as questões abaixo sobre o protesto no Código de Normas do TJGO.

- ( ) É possível o apontamento e protesto de letra de câmbio sem aceite por falta de pagamento.
- ( ) Se o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata.
- ( ) O cheque emitido de conta bancária conjunta poderá ser apontado ambos os signatários pelo apresentante.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- a) F – V – F  
b) V – F – V  
c) F – V – V  
d) F – F – F

**29.** Uma das etapas para realização do protesto é a intimação do devedor. Sobre a intimação do protesto efetuada por edital e, segundo o código de normas do TJGO, é correto afirmar que:

- a) Não é permitida em sede de tabelionato de protesto.
- b) É permitida, sendo afixada no tabelionato, não havendo necessidade de arquivamento do edital.
- c) É permitida, sendo afixada no tabelionato, além de publicado o edital na imprensa, onde houver jornal local de circulação diária, ou em meio eletrônico.
- d) É permitida, sendo afixada no tabelionato, além de publicado o edital na imprensa, onde houver jornal local de circulação diária.

**30.** Sobre protesto, segundo o Código de Normas, é correto afirmar que:

- a) Revogada a ordem de sustação, é indispensável nova intimação do devedor, para a lavratura e o registro do protesto.
- b) É vedado ao tabelião recusar o pagamento parcial oferecido dentro do prazo legal e no horário de funcionamento do Tabelionato de Protesto.
- c) No ato do pagamento em espécie e cheque, o tabelião dará a respectiva quitação, sem ressalva,

bem como entregará o título ou documento de dívida ao devedor.

- d) O valor do título ou documento de dívida expresso em moeda estrangeira será atualizado pelo apresentante na data da apresentação, de acordo com o câmbio do dia.

**31.** O serviço prestado por meio eletrônico vem crescendo exponencialmente em todo território nacional. Não diferente seria com os Tabelionatos de Protesto, com a criação das Centrais nacionais, onde o usuário tem acesso a inúmeros serviços, sem o deslocamento a serventia. Sobre as centrais utilizadas pelos tabelionatos de protesto, é correto afirmar que:

- a) A Central de Informações de Protesto destinada à recepção de títulos e documentos eletrônicos de dívida, para fins de protesto, enviados pelo Poder Judiciário, apresentantes cadastrados, Procuradorias e Advogados.
- b) É obrigatória a adesão de todos os tabeliães de protesto do estado ou responsáveis interinos pelo expediente à CENPROT, não havendo prazo determinado para aderir, por isso não há responsabilização disciplinar por falta de adesão.
- c) A CENPROT terá um módulo chamado de Central de Informações de Protesto, neste módulo será possível, dentre outros, a consulta eletrônica, pública e gratuita, de informações meramente indicativas da existência ou inexistência de protesto, com indicação do respectivo tabelionato, sem valor de certidão.
- d) A CENPROT pode receber título para protesto, porém o pedido de cancelamento deve ser apresentado diretamente ao tabelionato de protesto, o sistema não contempla a possibilidade de requerer o cancelamento.

---

**REGISTRO DE IMÓVEIS**

---

**Andrea Santiago**

**32.** De acordo com o Código de Normas do Estado do Goiás, julgue os itens a seguir:

- a) São livros obrigatórios do Registro de Imóveis somente os seguintes: Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Real; Livro nº 5 – Indicador Pessoal.
- b) O Livro nº 1 – Protocolo pode ser substituído por fichas para facilitar as buscas e devem possuir dimensões que permitam a extração de cópias reprográficas e facilitem o manuseio, a boa compreensão da sequência lógica dos atos e o arquivamento.
- c) O Livro nº 4 – Indicador Real, o Livro nº 5 – Indicador Pessoal e o Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros, poderão ser escriturados exclusivamente em meio eletrônico (base de dados), dispensada a impressão, assinatura digital e a reprodução de imagem.
- d) Todos os atos serão assinados e encerrados pelo oficial, por seu substituto legal, ou por escrevente expressamente designado pelo oficial ou por seu substituto legal e autorizado pelo juiz competente, desde que os primeiros estejam afastados ou impedidos.

**33.** No caso de apresentação ao Registro de Imóveis de mais de um título sobre o mesmo imóvel, contraditórios entre si, prevalecerá:

- a) O título de número de ordem mais alto.
- b) Em se tratando de escrituras públicas, a que foi primeiro protocolada, ainda que constem em ambas a data e o horário em que foram lavradas.
- c) A segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, desde que a primeira não tenha sido protocolada, sendo desnecessário aguardar qualquer prazo para a apresentação da primeira hipoteca.
- d) O exame do título apresentado posteriormente subordina-se ao resultado do procedimento de registro do título anterior.

**34.** Assinale a alternativa que está em consonância com as normas dos registros públicos, estabelecidos no Código de Normas do Estado de Goiás:

- a) No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro da instituição de bem de família; das penhoras, arrestos e sequestros de imóveis; do usufruto e do uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultarem do direito de família; das cédulas hipotecárias e das cédulas de crédito imobiliário; da multipropriedade, dentre outros.
- b) No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitas averbações de da mudança de denominação e de numeração dos prédios, da designação cadastral, da edificação, da reconstrução, da demolição e do desdobramento de lotes; o restabelecimento da sociedade conjugal; das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis; das citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis, dentre outras.
- c) As averbações serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, desde que o imóvel não tenha passado a pertencer à outra circunscrição.
- d) Passando o imóvel a pertencer à outra circunscrição, será aberta matrícula no cartório desta por ocasião do primeiro registro ou, antes, a requerimento do interessado, com os elementos constantes do título apresentado e da certidão da matrícula ou do registro originários expedidos há no máximo 30 (trinta) dias, a qual ficará arquivada em cartório.

**35.** Quanto às normas gerais dos registros de imóveis, de acordo com o Código de Normas Estadual, analise as assertivas a seguir:

- I. Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.
  - II. O parcelamento do solo em lotes será feito mediante loteamento ou desmembramento, ambos sujeitos a registro nos termos da Lei nº 6.766/79. Entretanto, será averbado o desmembramento de um lote em novos lotes, com frente para via oficial de circulação já existente, sem abertura de novas vias e nem prolongamento das vias já existentes, atendendo às exigências mínimas de dimensionamento urbanístico vigente na legislação municipal.
  - III. Para a prática de atos relativos a unidades em condomínio edilício deve-se exigir a apresentação de comprovante de quitação com as obrigações condominiais.
  - IV. Constituem ônus impeditivos da alienação ou oneração, entre outros: hipoteca cedular; hipoteca do Sistema Financeiro da Habitação; penhora da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; cláusula de inalienabilidade; penhora e usufruto.
- a) Somente os itens I e III estão corretos.
  - b) Somente o item II e IV estão corretos.
  - c) Somente o item I está errado.
  - d) Somente os itens I e II estão corretos.

**36.** Analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- a) Para a abertura de matrícula, deve-se priorizar a retificação dos títulos judiciais e extrajudiciais, não sendo possível que as informações e elementos necessários à abertura de matrícula, registro ou averbação sejam complementados por documentos.
- b) Considera-se válido para fins de registro ou averbação o instrumento particular assinado pelas partes, com firma reconhecida, independentemente da presença, assinatura ou reconhecimento de firma de testemunhas, como por exemplo, nos contratos de locação.
- c) Cabe ao oficial de registro de imóveis exigir prova de quitação do imposto municipal de transmissão onerosa de bens imóveis – ITBI ou reconhecimento

administrativo de não incidência, imunidade ou concessão de isenção pela autoridade fazendária municipal, exceto no caso de cancelamento de atos que importem transmissão, quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido registrado.

d) Independentemente de retificação, dois ou mais confrontantes poderão, por meio de escritura pública, alterar ou estabelecer as divisas entre si e, se houver transferência de área, com o recolhimento do devido imposto de transmissão e desde que preservadas, se rural o imóvel, a fração mínima de parcelamento e, quando urbano, a legislação urbanística.

**37.** Julgue as alternativas abaixo e assinale a correta.

- a) Compete ao oficial de registro fiscalizar o recolhimento e o montante, do imposto de transmissão, municipal ou estadual.
- b) O registro de citação de ação real ou pessoal reipersecutória depende de ordem judicial e será realizado mediante apresentação do mandado que mencione a realização da citação; qualificação das partes; natureza, número do processo, órgão judicial e nome do magistrado; e identificação do imóvel, com suas características essenciais, inclusive o número da matrícula ou transcrição.
- c) O exequente poderá, após admitido o procedimento pelo juiz, obter a certidão de execução, com identificação das partes e do valor da causa, para averbação no cartório de registro de imóveis à margem da matrícula do bem sujeito à penhora, arresto ou indisponibilidade.
- d) A averbação da existência de ação cujo resultado ou responsabilidade patrimonial possa reduzir seu proprietário à insolvência será realizada a requerimento do interessado, independentemente de ordem judicial, com a apresentação da certidão da admissão da ação, contendo a identificação das partes, o valor da causa e o juízo para o qual a petição inicial foi distribuída.

**38.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa incorreta.

- a) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária, que poderá ser registrada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.
- b) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar o registro do arresto ou da penhora no registro imobiliário competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.
- c) Sendo o imóvel bem comum a ambos os cônjuges, havendo separação ou divórcio consumado pendente de partilha, será averbada a alteração do estado civil mediante apresentação da certidão de casamento atualizada, ficando o bem em estado de comunhão.
- d) Não se conformando o apresentante com a exigência, ou não a podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao Juízo competente para dirimi-la, e se impugnada pelo interessado, instruída com a impugnação e os documentos que o interessado apresentar, devendo o Ministério Público ser ouvido no prazo de 05 (cinco) dias.

**39.** Acerca da alienação fiduciária de bens imóveis, marque a alternativa incorreta.

- a) A alienação fiduciária, regulada pela Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, e alterações posteriores, é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência da propriedade resolúvel de coisa imóvel ao credor, ou fiduciário.
- b) Constituída a propriedade fiduciária, ocorre o desdobramento da posse sobre a coisa imóvel, tornando-se o fiduciante, possuidor direto, e o fiduciário, possuidor indireto.

c) Os atos e contratos referidos na Lei nº 9.514/1997, ou resultantes da sua aplicação, mesmo aqueles que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, poderão ser celebrados por escritura pública ou por instrumento particular com reconhecimento de firma de todos os participantes do ato, que terá efeitos de escritura pública.

d) Em caso de procedimento de consolidação da propriedade pelo credor fiduciário, a intimação far-se-á pessoalmente ao fiduciante, ao seu representante legal ou ao seu procurador, pelo oficial de registro de imóveis competente ou pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deverá recebê-la, mediante solicitação do respectivo registrador imobiliário, sendo vedada a notificação via correio.

#### REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

**40.** Sobre os livros do RCPJ, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No Livro B serão lavrados o registro integral de ato constitutivo de pessoa jurídica e as averbações das alterações supervenientes a este, bem como de atas de reuniões e assembleias ou de quaisquer outros atos, de natureza societária ou associativa, realizados pela pessoa jurídica.
- b) No Livro A serão matriculados jornais, revistas e demais publicações periódicas, oficinas impressoras e de agência de notícias, bem como averbadas todas as alterações supervenientes das declarações ou documentos constantes na matrícula
- c) O Livro Protocolo será escriturado mediante processo informatizado, mas será sempre físico.
- d) A escrituração do Livro Protocolo será diária. Seu termo de encerramento será subscrito pelo oficial ou escrevente autorizado e nele constará o número de documentos apresentados no dia, sendo a data do protocolo a mesma do termo diário do encerramento.

**41.** Sobre os atos constitutivos das pessoas jurídicas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A existência legal da pessoa jurídica inicia-se com o registro de seu ato constitutivo, que será realizado no local de seu estabelecimento ou de suas filiais.
- b) Todo ato e contrato constitutivo de pessoa jurídica, incluindo os relativos às fundações de direito privado fiscalizadas pelo Ministério Público e aos estatutos das sociedades civis, somente serão admitidos a registro quando visados por advogado, sem exceção.
- c) O registro do ato constitutivo e averbação da fundação só serão feitos com a aprovação prévia do Ministério Público, salvo a fundação previdenciária, cuja anuência será dada pelo órgão regulador e fiscalizador vinculado ao Ministério da Previdência Social.
- d) O registro da pessoa jurídica poderá ser feito mesmo sem a aprovação da autoridade competente caso exigida para o seu funcionamento.

**42.** Sobre a sociedade de fomento mercantil (*factoring*), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O registro da sociedade de fomento mercantil (*factoring*) no RCPJ é possível, desde que estruturada por meio de uma sociedade simples.
- b) É vedado no RCPJ o registro de *factoring*.
- c) Somente é vedado no RCPJ o registro, na mesma comarca, de sociedade de fomento mercantil (*factoring*) com denominação idêntica ou semelhante a outra já existente, que possa ocasionar dúvida ao usuário do serviço.
- d) Somente é vedado no RCPJ o registro ou averbação de qualquer ato relativo a sociedade de fomento mercantil (*factoring*) caso não esteja registrado seu ato constitutivo no mesmo serviço.

**43.** Sobre o registro de partido político, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O diretório estadual de partido político será registrado nos serviços de RCPJ da Comarca em que estiver situada a sua sede.
- b) O diretório municipal de partido político será registrado no RCPJ da Comarca de Goiânia, mediante apresentação da ata de aprovação de sua criação ou

eleição e da cópia da última alteração estatutária do partido.

- c) O registro de diretório zonal ou municipal independe da existência de diretório estadual.
- d) O diretório estadual de partido político será registrado no RCPJ de cada município, mediante apresentação, tão somente, do respectivo ato constitutivo.

**44.** Além das atribuições previstas na Lei 6.015/1973, compete ao RTD o registro:

- a) do contrato de cessão dos créditos operacionais futuros de concessionárias.
- b) do contrato de locação de bens imóveis para validade da cláusula de vigência.
- c) do penhor comum, do penhor de direitos, do penhor rural, do penhor agrícola e do penhor pecuário.
- d) do contrato de alienação fiduciária de bens imóveis.

**45.** Assinale a alternativa ERRADA sobre o RTD:

- a) Poderá ser registrado documento que tenha por objeto a transmissão, constituição ou extinção de direito real sobre bem imóvel, desde que se destine unicamente à conservação e fixação da data, a ser consignado expressamente no ato, não gerando a constituição de domínio ou de outro direito real.
- b) É vedado o registro de cópia obtida por qualquer meio de reprodução, ainda que autenticada, seja para fins de publicidade ou de eficácia em relação a terceiro, salvo se constar como simples anexo de documento original submetido a registro.
- c) Os instrumentos particulares declaratórios de união estável e da respectiva dissolução poderão ser registrados no Registro de Títulos e Documentos do domicílio dos conviventes para fazer prova das obrigações convencionais e para validade contra terceiros.
- d) O registro de título e documento que tenha por finalidade surtir efeito em relação a terceiro está sujeito ao princípio da territorialidade, devendo o ato ser praticado pelo registrador localizado na situação da coisa. Caso se trate de direito, far-se-á o registro no domicílio do credor.

**46.** Sobre os livros e a escrituração do RTD, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os livros físicos serão encadernados com 200 (duzentas) folhas, numeradas e rubricadas, e dispensam termos de abertura e encerramento.
- b) O Livro A dedica-se à trasladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros
- c) O Livro B dedica-se à inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
- d) Os livros poderão ser substituídos e mantidos por escrituração eletrônica, com termos de abertura e encerramento, disponíveis para impressão.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**47.** Maurício é um senhor de 78 anos, completos em 1º de janeiro de 2015, que, desde sempre, morou sozinho. Em 12 de fevereiro de 2015, Maurício foi visto em um supermercado próximo a sua casa realizando a compra de alguns pães e outros itens consumíveis. Após isso, seus vizinhos notaram que desde o final do mês de fevereiro, nunca mais o viram na rua, nas lojas ou supermercados, ou mesmo perceberam movimento em sua casa. Já em outubro de 2020, os familiares de Maurício, alertados sobre seu sumiço, decidam agir. Quanto a isso e considerando como verdadeiros os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) os herdeiros legítimos de Maurício poderão requerer a sucessão definitiva;
- b) os herdeiros testamentários de Maurício deverão aguardar sentença que conceda a abertura da sucessão provisória para requerer a definitiva;
- c) se Maurício não possuir cônjuge, caberá apenas aos seus herdeiros o requerimento da sucessão definitiva;
- d) a declaração de ausência de Maurício é requisito para a sucessão definitiva.

**48.** João Roberto era um rapaz muito famoso entre seus contemporâneos do colegial. Uma das razões de sua fama era seu belíssimo Opala metálico azul, que fazia a alegria de todos que passeavam nele. Muito namorador, acabou engravidando uma norueguesa, que retornou ao seu país e cuidou sozinha de Ozzy, seu filho.

Infelizmente, em uma disputa de corrida em Brasília, João Roberto faleceu nas ruas da Asa Sul. Considerando essa situação, é correto afirmar que:

- a) a sucessão por morte será regulada pela lei norueguesa, já que é o domicílio de Ozzy, herdeiro vivo;
- b) a lei brasileira não regulará a capacidade de Ozzy para suceder;
- c) a sucessão dos bens de João Roberto será regulada pela lei norueguesa, desde que esta seja mais vantajosa para Ozzy;
- d) a lei brasileira se aplicará exclusivamente aos bens imóveis do falecido.

**49.** Beltrano, Cicrano e Fulano são credores solidários de Hermes de uma quantia de dois mil reais. Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

- a) Hermes deverá aguardar algum credor lhe cobrar para que saiba a quem pagar;
- b) se Beltrano tiver remitido a dívida em favor de Hermes, responderá aos outros credores pela parte que lhes caiba;
- c) se houver alguma exceção pessoal de Hermes em relação a Cicrano, então também poderá opor ela a Beltrano e a Fulano;
- d) será necessário que todos os credores cobrem simultaneamente de Hermes os dois mil reais.

**50.** Pedro pagou todos os custos referentes à regularidade de seu veículo e de sua carteira de motorista no corrente ano, o que inclui o seguro DPVAT. Por força do destino, mas já com tudo regular, Pedro se envolveu em um acidente com outros dois carros.

Sempre muito relaxado, deixando as coisas para a última hora, Pedro espera quatro anos para, na situação de beneficiário, acionar o seguro DPVAT a fim de cobrir uma parte das despesas que fez à época.

Ao consultar um advogado, Pedro recebe a correta orientação sobre o prazo para acionar o referido seguro, que deverá ser:

- a) de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) de cinco anos, já que é dívida líquida.

**51.** O Corpo de Bombeiros foi acionado por vizinhos para socorrer um incêndio que ocorria na casa de Marcos Rogério. Porém, para alcançar a entrada da casa em chamas, foi necessário derrubar uma parede do vizinho, tudo com a finalidade de salvar as vidas que corriam perigo no momento.

Posteriormente, descobriu-se que o incêndio ocorreu porque Marcos Rogério foi esquentar água no fogão para cozinhar um macarrão instantâneo e acabou dormindo no sofá da sala enquanto esperava.

Em relação ao vizinho que teve seu muro derrubado, é correto afirmar que:

- a) não poderá requerer indenização, visto que foi um ato necessário para salvar a vida de Marcos Rogério;
- b) poderá requerer indenização, já que não deu causa ao incêndio;
- c) poderá ser indenizado pelo bombeiro que derrubou o muro, que responderá pessoalmente pelo prejuízo;

d) Marcos Rogério não responderá por qualquer prejuízo, ainda que de forma regressiva.

**52.** Joaquim invadiu um terreno da prefeitura local e construiu sua casa, com um muro ao redor de uma área de 600m<sup>2</sup>, permanecendo sem qualquer oposição por 15 anos.

Tempos depois, Florentina aproveitou que uma parte do referido muro caiu e construiu sua casa no fundo do terreno, escondido da casa de Joaquim em razão da densa vegetação.

Dois anos depois de Florentina ter construído sua casa, Joaquim descobriu que havia uma outra casa no terreno e, com isso, ajuizou ação de reintegração de posse alegando ser o real proprietário.

Analisando a situação, o juiz responsável pelo caso ordenou a intimação do Município respectivo para que informasse se tinha interesse na causa, já que originalmente o terreno era da Prefeitura Municipal.

Com relação a esse caso, é correto afirmar:

- a) o terreno continua sendo de propriedade do Município, já que não é passível de usucapião em qualquer hipótese;
- b) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, que cumpriu o prazo de usucapião em relação ao Município e ajuizou a ação de reintegração contra Florentina antes da prescrição ocorrer;
- c) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, mas será destacada uma parte para Florentina, que adquiriu a propriedade em razão da usucapião;
- d) Florentina passará a ser a proprietária de todo o terreno, devendo Joaquim desocupar a sua casa.

**53.** Enquanto já viúvo, Marcos produziu testamento deixando todo o seu patrimônio a seus três filhos. Anos depois, Joana ajuizou ação de reconhecimento de paternidade contra Marcos, a qual foi julgada procedente. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) haverá o rompimento do testamento, ainda que Marcos desconhecesse a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- b) haverá o rompimento do testamento, apenas se Marcos já conhecia a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- c) não haverá o rompimento do testamento;
- d) haverá o rompimento do testamento, mas apenas de forma parcial, nas disposições que prejudicarem Joana.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Rodrigo Vaslin**

**54.** Sobre as normas fundamentais do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, sem exceções.
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes e advogados, mas não por membros da Defensoria e do Ministério Público.
- c) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé objetiva.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, a não ser que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

**55.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- b) No caso de ato atentatório à dignidade da justiça praticado no curso do processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da Fazenda Pública.
- c) No cumprimento definitivo de sentença que reconhece a obrigação de pagar quantia certa, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários de advogado de dez por cento.
- d) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

**56.** Marque a alternativa incorreta a respeito das nulidades:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- c) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais
- d) Mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá pronunciá-la e mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta.



**57.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.
- b) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.
- c) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

**58.** São hipóteses de suspeição do juiz, exceto:

- a) quando ele for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio
- c) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) quando figurar como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

**59.** São títulos executivos extrajudiciais:

- a) A escritura pública ou outro documento público assinado pelo credor.
- b) A sentença arbitral.
- c) o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- d) o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal;

**60.** Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais, dada a existência de vedação legal expressa.
- b) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do feito.
- c) A intervenção do amicus curiae não implica alteração de competência, mas autoriza a interposição de quaisquer recursos pelo amigo da corte.
- d) Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

**61.** Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil

**62.** Determinada sociedade empresária realizou, na qualidade de arrendadora, contrato de arrendamento mercantil financeiro com um particular, tendo havido o pagamento de diversas prestações mensais que, além do principal, incluíam também valor adiantado a título de valor residual garantido (VRG). Posteriormente, em razão de inadimplemento do arrendatário, a sociedade ajuizou ação de reintegração de posse do bem objeto do contrato.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- a) A cobrança antecipada do valor residual garantido descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, portanto se trata de compra e venda à prestação, não sendo possível a retomada da posse pela arrendadora.
- b) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser impreterivelmente devolvido, de forma integral, ao arrendatário.
- c) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser parcialmente devolvido, tendo o arrendatário a garantia legal de receber, no mínimo, metade do valor adiantado, devidamente corrigido.
- d) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, cabendo o desconto de outras despesas que tenham sido pactuadas contratualmente.

**63.** A respeito da suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções ajuizadas contra o devedor quando da decretação da falência ou do deferimento do processamento da recuperação de empresas, assinale a opção correta.

- a) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve ser extinta sem resolução de mérito caso o demandante tenha optado por habilitar o seu crédito na ação de recuperação judicial no período de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar.

- b) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve permanecer suspensa pelo prazo máximo de cento e vinte dias.

- c) A extrapolação do prazo de cento e oitenta dias consiste em expediente que conduz à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo para ações de compensação de danos morais.

- d) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial não deve permanecer suspensa até o trânsito em julgado da decisão final proferida no processo de soerguimento.

**64.** A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- a) membros da magistratura.
- b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- c) pessoa jurídica.
- d) servidor público federal civil ou militar da ativa.

**65.** A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

**66.** Paloma, beneficiária de um cheque não endossado, compareceu em uma instituição financeira e o apresentou para pagamento. A instituição financeira verificou que o emitente do cheque não possuía fundos para arcar com a totalidade do seu valor. A instituição então deseja efetuar o pagamento de forma parcial, devolver o cheque a Paloma e exigir que ela dê a quitação parcial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor.

- a) Não poderá haver o pagamento parcial do título, em razão de Paloma não poder dar a quitação integral nem promover a retirada da cártula de circulação.
- b) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, já que o Código Civil estipula como regra jurídica a possibilidade de o credor não aceitar o pagamento parcial da obrigação.
- c) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque e que seja dada a respectiva quitação.
- d) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque, não sendo possível a exigência de entrega de quitação.

**67.** Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
- e) Trata-se de ineficácia fraudulenta.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

**68.** A respeito do controle de constitucionalidade que se dá pela via incidental, indique a assertiva incorreta.

- a) No controle difuso, juízes e Tribunais não poderão, de ofício, declarar a inconstitucionalidade de lei, afastando-a do caso concreto, uma vez que o órgão julgador não pode ultrapassar o pedido formulado pelas partes.
- b) A pretensão formulada em juízo se dá por meio de um processo constitucional subjetivo, cuja legitimidade ativa é atribuída a qualquer pessoa que queira levar direito violado ao conhecimento do Poder Judiciário.
- c) Todas as normas formalmente constitucionais, ainda que já revogadas, desde que vigentes à data do fato, poderão ser utilizadas como parâmetros de controle difuso de constitucionalidade.
- d) O objeto da ação pode ser qualquer ato emanado do poder público, independentemente de ser primário ou secundário.

**69.** A Lei XX/2021, de iniciativa do Tribunal de Justiça de Goiás, ampliou as competências do tribunal, para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de determinadas autoridades estaduais.

A respeito da Lei XX/2021, considerando a redação da Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- a) A Lei XX/2021 é inconstitucional, porque a competência do Tribunal de Justiça deve ser definida na lei de organização judiciária.
- b) A Lei XX/2021 é constitucional é formal e materialmente constitucional, tendo sido respeitada a iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça acerca da matéria.
- c) A Lei XX/2021 é inconstitucional, uma vez que o assunto é reservado à lei complementar.
- d) A Lei XX/2021 é inconstitucional, porque é matéria que deve ser disciplinada na Constituição do Estado.

**70.** João, inconformado com o regramento e a execução do concurso para outorga de delegação de notas e de registro do estado de Goiás, deu início a um processo administrativo perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para sua surpresa, houve violação ao devido processo legal na condução do processo, uma vez que não teve a oportunidade de juntar provas e nem de obter cópia integral dos autos. Não havendo alternativa, impetrou um mandado de segurança contra ato CNJ.

A respeito do caso narrado, consoante redação da Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a competência para processar e julgar o *writ* é

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

**71.** A respeito da competência para legislar sobre registros públicos, aponte a alternativa correta.

- a) Compete privativamente aos estados legislar sobre registros públicos.
- b) Na falta de legislação federal a respeito de registros públicos, os estados e o Distrito Federal poderão exercer a competência legislativa plena, dispondo tanto sobre normas gerais quanto sobre normas específicas.
- c) A União, por lei complementar, poderá delegar aos estados a competência para legislar sobre partes específicas de registros públicos.
- d) Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre registros públicos.

**72.** A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.

- c) Governador de Estado e Presidente da República.
- d) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

**73.** Em relação à Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) Os conselhos profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- b) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- c) É desnecessária, em regra, lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.
- d) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.

**74.** No que diz respeito ao Controle Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o STF é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- b) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) Cabe ao TCU apreciar a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos, ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.

75. Sobre Improbidade Administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, é correto afirmar:

- a) As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.
- b) Os empregados públicos, regidos pelas normas trabalhistas, não se submetem aos preceitos contidos na lei de improbidade administrativa.
- c) A aplicação das sanções de improbidade administrativa estará condicionada à rejeição das contas do agente público pelo respectivo Tribunal de Contas competente.
- d) O servidor processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

76. Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar que:

- a) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, é devida quando imposta sobre imóvel urbano ou rural e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.
- b) O ato de tombamento ainda que geral precisa individualizar os bens abarcados pelo tombamento.
- c) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.
- d) Os juros moratórios incidem pela simples perda antecipada da posse, no caso de desapropriação, e pela limitação da propriedade, no caso de servidão administrativa.

77. Relativamente à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A demora injustificada da Administração em analisar o pedido de aposentadoria do servidor público não gera o dever de indenizá-lo.
- b) As entidades da administração indireta submetidas a regime de direito privado e exploradoras de atividade econômica devem sujeitar-se ao mesmo regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado.

- c) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
- d) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.

78. No que diz respeito à Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) A nova lei de licitações possui um prazo de *vacatio legis* de 02 (dois) anos.
- b) O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor da Lei 14.133/2021 continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.
- c) Os Municípios com até 20.000 habitantes terão o prazo de 8 anos, contado da data de publicação da Lei 14.133/2021, para cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica.
- d) São modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo podendo ser combinadas, desde que sigam o rito processual comum.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

---

Mateus Pontalti

79. É causa de extinção do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) parcelamento
- d) isenção
- e) anistia

**80.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) A moratória pode ser concedida somente em caráter geral.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido e não pode ser revogada ou anulada, ainda que comprovado que o sujeito passivo não reunia os requisitos para obtenção do benefício.
- d) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir.
- e) A moratória é causa de novação do crédito tributário.

**81.** Assinale a alternativa correta.

- a) Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
- b) O lançamento reporta-se à data da sua lavratura.
- c) O direito brasileiro somente admite o lançamento ofício.
- d) O lançamento de ofício, uma vez perfectibilizado, não pode ser modificado.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**82.** Um projeto de lei do Estado de Goiás prevê o cancelamento de multas já lançadas em decorrência do não pagamento do ITCMD dos anos de 2017 a 2021, nos casos em que o contribuinte vier a realizar o pagamento do imposto até a data prevista no referido projeto.

Pode-se afirmar que será instituída uma espécie de

- a) anistia.
- b) isenção.
- c) remissão condicionada.
- d) moratória.
- e) todas estão incorretas

**83.** O Município X criou lei ordinária para instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e, na mesma lei ordinária, criou outras várias obrigações acessórias. Com relação à referida lei ordinária, é possível afirmar que:

- a) Usurpou a atribuição de lei complementar;
- b) Usurpou atribuição de decreto ao criar obrigações acessórias.
- c) Não houve irregularidade na criação de obrigações acessórias.
- d) Não poderia ter estabelecido obrigações acessórias, pois trata-se de atribuição de normas regulamentares.
- e) Não poderia ter estabelecido obrigação principal.

**DIREITO PENAL****Michael Procópio**

**84.** Gustavo é a funcionário público e responsável pelo almoxarifado do Fórum da cidade de Douradinho, e tem a obrigação funcional de o deixar sempre trancado. Certo dia, Gustavo estava com muitas solicitações e com pressa de ir embora, esqueceu de trancar o local de trabalho ao sair. José, estagiário, que trabalha no mesmo órgão, aproveitou-se a oportunidade e subtraiu vários itens do almoxarifado com a intenção de vender na faculdade.

Tendo como base o caso narrado e levando em consideração as disposições do Código Penal, é correto afirmar que, em tese:

- a) Gustavo não cometeu crime e José cometeu o crime de peculato furto.
- b) Gustavo praticou o crime de condescendência criminosa e José cometeu o crime de peculato mediante erro de outrem.
- c) Gustavo e José cometeram o crime de peculato furto.
- d) Gustavo praticou o crime de peculato culposo e José praticou o crime de peculato-furto.

**85.** Assinale a alternativa correta sobre disposições do Código Penal:

- a) A conduta típica de inculcar, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada não admite modalidade culposa.
- b) Responde criminalmente quem contrair casamento, conhecendo a existência de qualquer impedimento que lhe cause a nulidade absoluta ou relativa.
- c) Se o condenado a pena privativa de liberdade necessitar de especial tratamento curativo, a pena poderá ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo fixado para o cumprimento da pena privativa de liberdade.
- d) Configura-se o crime se, diante da decisão administrativa de expulsão, o estrangeiro permanece no território nacional.

**86.** Luke cometeu o crime de apropriação indébita e, somando a isso, é reincidente. Ao final do processo, o juiz de primeiro grau o condenou a cumprir três anos de pena privativa de liberdade. A defesa e a acusação não recorreram.

Com base no fato narrado e no que dispõe o Código Penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) ainda que seja reincidente, é possível que o regime inicial a ser adotado seja o semiaberto.
- b) por ter sido condenado à pena de três anos, o regime inicial a ser adotado deve ser o semiaberto.
- c) por ter sido condenado à pena de três anos, o regime inicial a ser adotado deve ser o aberto.
- d) por ser reincidente, o regime inicial a ser adotado deverá ser obrigatoriamente o fechado.

**87.** Marco Túlio, servidor público, cometeu diversos atos que caracterizam, em tese, o crime de concussão. Esses delitos se iniciaram em março de 2017 e se estenderam até julho de 2021, quando foi preso em flagrante.

O modus operandi era sempre o mesmo, seguindo um padrão quanto aos lugares e os dias em que eram cometidos, em continuidade delitiva.

A pena aplicável, em abstrato, para o crime de concussão (art. 316 do Código Penal) foi alterada pela Lei nº 13.964, em 24 de dezembro de 2019, mantendo a pena mínima em 2 anos e aumentando a pena máxima de 8 para 12 anos.

Dessa forma, considerando o entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) por ser maléfica, a Lei nº 13.964, de 2019, não poderá ser aplicada pelo juiz ao julgar Marco Túlio, que deverá basear a pena dentro dos limites anteriores (2 a 8 anos).
- b) o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve dois crimes continuados, um no período de dezembro de 2017 até a entrada em vigência da Lei nº 13.964, de 2019, e o outro após a lei até a prisão em flagrante de Marco Túlio.
- c) ainda que seja maléfica, a nova pena prevista pela Lei nº 13.964, de 2019, deverá ser aplicada aos crimes cometidos por Marco Túlio, conforme as regras do crime continuado.

d) o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve concurso material de crimes, impondo-se a pena correspondente a cada crime isoladamente, a depender do momento que ocorreu.

**88.** Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A do CP, exige que o funcionário público seja autorizado a acessá-lo, enquanto o delito de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, com previsão no artigo 313-B do CP, exige apenas que o sujeito ativo seja funcionário.

II – Falsificar sinal público de tabelião, como o carimbo, configura o crime do artigo 296 do CP, inserido dentre os que tratam da falsidade documental.

III – Possuir objeto destinado especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário é conduta atípica, por ser mero ato preparatório do crime previsto no artigo 293 do CP.

IV – A falsificação de testamento, elaborado por meio de instrumento particular, configura o crime de falsidade de documento particular.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

**89.** Assinale a alternativa incorreta, conforme entendimento sumulado do STJ:

- a) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- b) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- c) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

d) O crime de extorsão se consuma com a obtenção de vantagem indevida.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

**90.** No tocante à prisão em flagrante, é correto afirmar:

- a) somente agentes do Estado é que poderão prender alguém que seja encontrado em flagrante delito.
- b) não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- c) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito apenas nas primeiras 24h do início do cometimento do crime, sob pena de postergar-se indefinidamente a situação flagrancial.

**91.** No tocante à competência jurisdicional, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) O domicílio ou residência do réu não pode ser critério delimitador de competência na esfera criminal, apenas o domicílio da vítima.
- d) Há conflito de competência ainda que já exista sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.



**92.** No que tange aos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No procedimento sumário, poderão a acusação e a defesa arrolarem até o máximo de 5 (cinco) testemunhas cada.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, deverá o magistrado determinar a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução para interrogatório.
- c) O princípio da 'identidade física do juiz' carece de previsão expressa no CPP, sendo, em verdade, uma construção jurisprudencial.
- d) A suspensão condicional do processo é instituto despenalizador aplicável apenas às infrações abrangidas pela Lei dos Juizados Especiais.

**93.** Não é cabível o recurso em sentido estrito em face de decisão

- a) que concluir pela incompetência do juízo.
- b) que pronunciar o réu.
- c) que decidir o incidente de falsidade.
- d) que receber a denúncia ou queixa.

**94.** A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o indiciado, de regra, deverá ser identificado civil e criminalmente, por meio de processo datiloscópico e fotográfico.
- b) nos crimes de ação pública, o inquérito poderá ser iniciado a requerimento do ofendido.
- c) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado, desde que a falta seja suprida até o oferecimento da denúncia.
- d) ordinariamente, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.

## CONHECIMENTOS GERAIS

Raphael de Oliveira Reis

**95.** "Os especialistas apontam que a principal consequência dos ataques de 11 de setembro foi a consolidação da chamada "Guerra ao Terror", que não estava direcionada a um país específico, mas a uma prática de ação política, com a aprovação de uma série de leis que, em nome do combate ao terrorismo, reduziram a liberdade e a privacidade de cidadãos nos Estados Unidos, especialmente os estrangeiros".

Leia mais em:  
<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/11-de-setembro-entenda-o-ataque-terrorista-que-completa-20-anos/>

Sobre os atentados terroristas nos EUA, os quais completaram 20 anos em 11 de setembro de 2021, é correto afirmar:

- a) Os EUA estabeleceram uma lista de países denominados de "Eixo do Mal": Coreia do Norte, Irã, Iraque e Venezuela.
- b) O embaixador brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, conseguiu estabelecer tratado de paz no Iraque.
- c) Os atentados de 11 de setembro de 2001 atingiram as Torres Gêmeas, o Pentágono e a Casa Branca.
- d) Uma das consequências de Guerra ao Terror foi a invasão do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003).

**96.** O presidente da França, Emmanuel Macron, concedeu a comenda Légion d'honneur, a mais alta distinção da França e uma das condecorações mais famosas do mundo, ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Sobre essa condecoração, é correto afirmar:

- a) O governo francês condecorou o senador por causa de sua atuação no enfrentamento da Covid-19 e por sua defesa do meio ambiente e do acordo de Paris.
- b) O governo francês condecorou o senador por sua oposição ao presidente Jair Bolsonaro e o enfrentamento às milícias.
- c) Já foram condecorados com a honraria francesa o ex-presidente Lula e Ayrton Senna.
- d) Randolfe recusou a honraria, pois, para ele, essa iniciativa do governo francês trata de uma ação imperialista no Brasil.

**97.** Sobre as Olimpíadas de 2021, é correto afirmar:

- a) A “Fadinha do Skate”, com apenas 13 anos, levou a medalha de ouro.
- b) Gabriel Medina foi ouro no surfe.
- c) Ítalo Ferreira foi o primeiro medalhista brasileiro na modalidade surfe.
- d) A seleção feminina de futebol busca o bicampeonato.

**98.** O Museu da Língua Portuguesa foi reaberto no dia 31/07/2021. Sobre esse Museu, é correto afirmar:

- a) Fechado desde 2018, quando foi parcialmente destruído por um incêndio de grandes proporções, o que fez que o Brasil perdesse o maior acervo de peças egípcias.
- b) De 2006 a 2015, o Museu recebeu mais de 4 milhões de visitantes, os quais puderam vivenciar a experiência de se conectar com o idioma.
- c) O Museu da Língua Portuguesa, em sua reinauguração, tem como compromisso promover a linguagem neutra.
- d) O Museu faz uma apresentação objetiva da língua, bem como prioriza o falar corretamente.

**99.** Em maio de 2021 novo conflito entre Israel e Palestina mostra que os acordos de paz para a região estão longe de serem concretizados. Esse confronto se deu após o Hamas dar um ultimato para que Israel recuasse suas posições militares na Esplanada das Mesquitas e no bairro Sheikh Jarrah. Sobre esse acontecimento, é INCORRETO afirmar:

- a) O grupo terrorista Hamas defende que o ataque é um alerta a Israel, visto a expansão de assentamentos em áreas palestinas.
- b) Israel contra-atacou, destruindo bases militares palestinas na Faixa de Gaza e bombardearam o prédio al-Jalaa, que abrigava jornalistas da Al Jazeera.
- c) O Brasil, mediou o conflito entre as duas regiões, conseguindo o cessar-fogo.
- d) Esse conflito teve um saldo de mais de 300 mortos, sendo a maioria palestinos.

**100.** No ano de 2021, a África do Sul está passando por uma onda de violência. É correto afirmar que a causa está associada:

- a) à prisão do ex-presidente Zuma, que foi preso por desacato à justiça por ignorar convocações durante investigação de corrupção em seu governo.
- b) à morte de Nelson Mandela e a retoma do regime do Apartheid pelos ingleses.
- c) O atual presidente, Cyril Ramaphosa, pacificou os revoltosos por meio da diplomacia.
- d) É um movimento golpista de apoio ao ex-presidente Zuma que quer retirar Ramaphosa do poder.

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartório-GO-12-09>

*Conheça nossa assinatura*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

*Conheça nosso sistema de questões!*

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA CARTÓRIOS](#)

---